

PRECARIZAÇÃO DO CUIDADO E AUTOMEDICAÇÃO HORMONAL ENTRE PESSOAS TRANS NO BRASIL

Ísis Eduarda Oliveira Balestra, Universidade Estadual de Maringá.
Beatriz Elena Barud Silva, Universidade Estadual de Maringá.
Éder Rodrigo Gimenes, Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

A ampliação de discursos conservadores sobre gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo tem produzido impactos significativos sobre os direitos da população trans, especialmente no campo das políticas públicas de saúde. Nos últimos anos, setores políticos alinhados à direita e grupos médicos conservadores passaram a questionar a legitimidade de procedimentos vinculados ao processo transexualizador, promovendo disputas institucionais em torno do acesso a terapias hormonais, acompanhamento multiprofissional e cirurgias afirmativas de gênero.

Nesse contexto, os ambulatórios trans vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) assumem papel central no atendimento de demandas relacionadas à saúde de pessoas trans, especialmente no acompanhamento endocrinológico, psicológico e psiquiátrico de pessoas transgênero, travestis e transexuais. Tais equipamentos constituem importantes dispositivos de acesso a terapias hormonais afirmativas e procedimentos cirúrgicos, além de operarem como espaços institucionais de acolhimento e cuidado. Entretanto, a precarização histórica dessas políticas, marcada por longas filas de espera, concentração regional dos serviços e insuficiência estrutural, vem sendo agravada pelo avanço de medidas restritivas recentes.

Entre essas medidas destaca-se a Resolução n.º 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que estabeleceu novas restrições para o acesso de pessoas trans a terapias hormonais e cirurgias afirmativas, estabelecendo uma idade mínima para o início de terapias hormonais para pessoas trans como 18 anos, e 21 anos para cirurgias afirmativas.

A imposição de barreiras etárias e procedimentais pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) pode ser compreendida como o exercício de um dispositivo de saber-poder que visa a gestão da vida e a disciplinarização dos corpos.

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

Segundo Foucault (2025), a vigilância médica e pedagógica atua como um braço de poder que busca reduzir a multiplicidade das existências a categorias inteligíveis e controláveis, operando o que o autor denomina como biopolítica da população. Nesse sentido, as resoluções normativas não são meros atos administrativos, mas tecnologias de controle que capturam a subjetividade trans, condicionando o acesso à saúde à conformidade com uma verdade clínica pré-estabelecida.

A resolução intensifica a importância dos debates acerca da autonomia corporal e do direito à saúde da população trans, sobretudo em um cenário já caracterizado pela exclusão social, pela violência transfóbica e pela vulnerabilidade socioeconômica dessa população. Sendo assim, este trabalho objetivou analisar como a precarização das políticas públicas voltadas à população trans, contribuem para a emergência de práticas autônomas de hormonização.

Materiais e métodos

Este trabalho possui caráter qualitativo e articulou revisão bibliográfica e análise documental para compreender os impactos da precarização das políticas públicas de saúde voltadas à população trans no Brasil contemporâneo. A pesquisa dedicou-se a analisar documentos institucionais como legislações e resoluções relacionadas ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para a Resolução n.º 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina (CFM), além de dados produzidos por organizações e entidades voltadas aos direitos da população LGBTI+, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Para a construção do referencial teórico, a pesquisa se ancorou em debates sobre necropolítica, biopolítica e precarização social, permitindo interpretar e problematizar as disputas em torno do cuidado na saúde de pessoas trans no Brasil.

Resultados e Discussão

O avanço recente de setores conservadores sobre políticas de gênero e sexualidade produziu novas formas de restrição institucional ao acesso da

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im) pactos sociais”

população trans à saúde pública. Embora direitos relacionados à retificação de nome, reconhecimento jurídico e acesso ao processo transexualizador tenham sido parcialmente consolidados nas últimas décadas, observa-se atualmente uma intensificação de discursos políticos e biomédicos voltados à deslegitimação das identidades trans e das práticas de transição de gênero.

As restrições institucionais relegam as subjetividades trans a uma zona de abjeção, na qual essas vidas passam a ser lidas como ininteligíveis perante o Estado. Como argumenta Butler (2003), a matriz da inteligibilidade cultural exige uma coerência binária entre sexo, gênero e desejo que corpos trans frequentemente subvertem, sendo por isso empurrados para as "margens das margens". Essa condição de abjeção produz o que a autora define como vidas precárias, cujo reconhecimento político é negado, resultando em um processo de desumanização que facilita a violência institucional e impede o pleno exercício da cidadania.

Nesse contexto, a atuação de setores médicos organizados em torno da regulamentação dos corpos trans evidencia a permanência de mecanismos institucionais de controle sobre identidades dissidentes da cisnormatividade. A Resolução n.º 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina, ao restringir o acesso de adolescentes a bloqueadores puberais e ampliar a idade mínima para terapias hormonais e cirurgias afirmativas, representa não apenas uma medida administrativa, mas um dispositivo de regulação sobre quais corpos podem acessar legitimamente condições de reconhecimento e cuidado.

Mais do que simples disputas morais, tais medidas operam na ampliação da vulnerabilidade social da população trans, caracterizando um abandono governamental aos moldes da política de apagamento e abandono à morte social e política proposta por Mbembe (2018) em seu ensaio sobre a necropolítica, e é imprescindível destacar que pessoas trans enfrentam uma demografia historicamente marginalizada do mercado de trabalho, de espaços acadêmicos e de todas as outras áreas do convívio social, é clara a sua baixíssima coesão social devido à transfobia, o que acarreta na estatística alarmante de 42% dos indivíduos trans já terem tentado o autoextermínio, e também devido

ao maior ranking mundial de assassinatos de pessoas trans motivados por transfobia (ANTRA, 2026).

O cenário de precariedade no SUS e a insuficiência estrutural dos ambulatórios especializados configuram uma estratégia de abandono que se aproxima do conceito de necrobiopoder. Conforme expõe Bento (2017), a soberania estatal opera ao decidir quais vidas são "vivíveis" e quais são deixadas à morte, tratando existências não normativas como corpos matáveis e descartáveis. Esse processo é corroborado por Nascimento e Vêloso (2021), que identificam na ausência de políticas públicas eficazes uma forma de transnecropolítica, na qual a omissão deliberada do Estado atua como um mecanismo de controle letal sobre a população trans brasileira.

Mesmo antes das recentes restrições normativas, o acesso da população trans ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde já se encontrava atravessado por dificuldades estruturais. A insuficiência de ambulatórios especializados, a concentração regional dos serviços, as extensas filas de espera para acompanhamento endocrinológico e psicológico e a limitação do acesso a procedimentos cirúrgicos demonstram que a universalidade do SUS não se realiza de maneira homogênea para sujeitos trans.

Diante destas limitações institucionais, práticas de automedicação hormonal passam a ocupar um papel central nas trajetórias de transição de gênero de parte da população trans brasileira. Em muitos casos, o acesso informal a hormônios, informações farmacológicas e orientações sobre dosagens ocorre através de redes comunitárias organizadas em espaços presenciais e plataformas digitais, nas quais sujeitos trans compartilham experiências e constroem formas coletivas de cuidado.

Diante do "receituário neoliberal" e das interdições médicas, as redes comunitárias de compartilhamento de hormônios configuram-se como potentes linhas de fuga e resistência política. A partir da premissa de que "onde há poder, há resistência", Foucault (2002) nos permite ler a automedicação não apenas como risco, mas como uma subversão à norma psiquiátrica que patologiza a diversidade. Essas práticas de si, como define Butler (2009), representam o esforço dos sujeitos para "desdiagnosticar" o gênero e reivindicar a autonomia

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im) pactos sociais”

sobre o próprio corpo, transformando a precariedade em um campo de invenção e agência coletiva contra a hegemonia biomédica.

Considerações finais

As discussões apresentadas permitem concluir que as restrições institucionais e a precariedade histórica das políticas de saúde para a população trans operam como mecanismos de controle biopolítico, produzindo exclusão, vulnerabilidade estrutural e negação da cidadania. Ao dificultar o acesso ao cuidado e ao processo transexualizador, o Estado reforça práticas de desumanização e marginalização dessas subjetividades.

Nesse contexto, as práticas autônomas de hormonização emergem como estratégias de resistência e afirmação da autonomia corporal. Mais do que um risco à saúde, essas práticas expressam ações políticas coletivas que contestam a hegemonia biomédica e reivindicam a reestruturação das políticas públicas de saúde, de modo a reconhecer a diversidade de modos de vida sem reproduzir mecanismos de controle e vigilância.

Referências

- BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.
- BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. 19. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- NASCIMENTO, Francisco Rivelino Oliveira; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Transnecropolítica e abjeção: contestação dos direitos da população trans no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 284-307, 2021.